aurum
Revista Multidisciplinar

ISSN: 3085-7783

# POLÍTICA EDUCACIONAL NO GOVERNO BOLSONARO: ANÁLISE E IMPACTOS NO ENSINO SUPERIOR

## EDUCATIONAL POLICY IN THE BOLSONARO GOVERNMENT: ANALYSIS AND IMPACTS ON HIGHER EDUCATION

https://doi.org/10.63330/armv1n1-008

Submetido em: 07/04/2025 e Publicado em: 08/04/2025

**Leandro Gilson de Oliveira**
Mestrando em Ciências Sociais
PUC Minas
E-mail: leandro.gilson@educacao.mg.gov.br

**RESUMO**
O governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) promoveu mudanças significativas na política educacional brasileira, com impactos diretos no ensino superior. Entre as principais medidas adotadas, destacam-se os cortes orçamentários nas universidades federais, mudanças no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), incentivo à Educação a Distância (EAD) e fortalecimento do ensino privado. Além disso, houve um discurso de desvalorização das Ciências Humanas e a tentativa de implementação do programa Future-se, que buscava ampliar o financiamento privado para as universidades públicas. Este artigo analisa essas políticas a partir de uma abordagem qualitativa baseada em revisão bibliográfica e análise documental, evidenciando os impactos negativos das medidas adotadas para a democratização do acesso à educação superior e para o desenvolvimento acadêmico no Brasil.

**Palavras-chave:** Política educacional; Ensino superior; Cortes orçamentários; Educação a distância; Future-se.

**ABSTRACT**
The government of Jair Bolsonaro (2019-2022) introduced significant changes in Brazilian educational policy, directly impacting higher education. Among the main measures implemented were budget cuts in federal universities, changes to the National High School Exam (Enem), promotion of Distance Education (EAD), and strengthening of private education. Additionally, there was a discourse of devaluation of the Humanities and an attempt to implement the Future-se program, which aimed to increase private funding for public universities. This article analyzes these policies through a qualitative approach based on literature review and document analysis, highlighting the negative effects of these measures on the democratization of access to higher education and academic development in Brazil.

**Keywords:** Educational policy; Higher education; Budget cuts; Distance education; Future-se.

## 1 INTRODUÇÃO

O governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) promoveu uma série de mudanças na política educacional brasileira, impactando diretamente o ensino superior. A agenda proposta pelo Ministério da Educação (MEC) esteve centrada em cortes orçamentários, reformulações no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e nas universidades públicas, além da promoção de uma retórica de crítica às ciências humanas e à "ideologização" no ensino (GREGÓRIO et al., 2021). Este artigo busca analisar as principais políticas implementadas durante o governo Bolsonaro e seus impactos no ensino superior, com base em uma revisão da literatura acadêmica recente e dados quantitativos que ilustram os efeitos dessas mudanças.

O período de governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) foi marcado por profundas transformações no campo das políticas educacionais brasileiras, em especial no ensino superior. Entre as medidas que mais impactaram o setor, destacam-se os cortes orçamentários nas universidades federais, a valorização do ensino privado e da Educação a Distância (EAD), as mudanças no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e a criação do programa *Future-se*, que pretendia reformular o financiamento e a gestão das universidades públicas. Paralelamente, o governo promoveu uma série de críticas às Ciências Humanas, questionando sua relevância e reduzindo sua prioridade dentro da política educacional.

Essas políticas e críticas refletem uma visão de educação pautada pela lógica mercadológica, que privilegia áreas técnicas e setores mais diretamente ligados ao desenvolvimento econômico, em detrimento de uma formação integral e crítica, características historicamente defendidas pelo modelo de universidade pública brasileira. O ataque às Ciências Humanas, o incentivo ao setor privado e a tentativa de subordinar a educação aos interesses do mercado geraram preocupações entre especialistas e instituições, que temem pelo futuro do ensino superior público e seu papel na construção de uma sociedade democrática e inclusiva (SANTOS & PEREIRA, 2020).

Este artigo tem como objetivo analisar os principais aspectos das políticas educacionais no governo Bolsonaro, com foco nos impactos gerados sobre o ensino superior público. Serão discutidos os cortes orçamentários, as mudanças no Enem, a valorização do ensino privado e a implementação do *Future-se*, além das críticas direcionadas às Ciências Humanas. A análise será sustentada por uma revisão de literatura e dados quantitativos que ilustram as consequências dessas políticas para as universidades federais e para o desenvolvimento acadêmico do país.

O período de governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) foi marcado por profundas transformações no campo das políticas educacionais brasileiras, em especial no ensino superior. Entre as medidas que mais impactaram o setor, destacam-se os cortes orçamentários nas universidades federais, a valorização do ensino privado e da Educação a Distância (EAD), as mudanças no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e a criação do programa *Future-se*, que pretendia reformular o financiamento e a gestão das

universidades públicas. Paralelamente, o governo promoveu uma série de críticas às Ciências Humanas, questionando sua relevância e reduzindo sua prioridade dentro da política educacional.

Essas políticas e críticas refletem uma visão de educação pautada pela lógica mercadológica, que privilegia áreas técnicas e setores mais diretamente ligados ao desenvolvimento econômico, em detrimento de uma formação integral e crítica, características historicamente defendidas pelo modelo de universidade pública brasileira. O ataque às Ciências Humanas, o incentivo ao setor privado e a tentativa de subordinar a educação aos interesses do mercado geraram preocupações entre especialistas e instituições, que temem pelo futuro do ensino superior público e seu papel na construção de uma sociedade democrática e inclusiva (SANTOS & PEREIRA, 2020).

Este artigo tem como objetivo analisar os principais aspectos das políticas educacionais no governo Bolsonaro, com foco nos impactos gerados sobre o ensino superior público. Serão discutidos os cortes orçamentários, as mudanças no Enem, a valorização do ensino privado e a implementação do *Future-se*, além das críticas direcionadas às Ciências Humanas. A análise será sustentada por uma revisão de literatura e dados quantitativos que ilustram as consequências dessas políticas para as universidades federais e para o desenvolvimento acadêmico do país.

## 2 METODOLOGIA

Este artigo baseia-se em uma abordagem qualitativa de análise documental e revisão bibliográfica para investigar as políticas educacionais do governo Bolsonaro e seus impactos no ensino superior, com foco específico em aspectos como cortes orçamentários, mudanças no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), valorização do ensino privado e Educação a Distância (EAD), críticas às Ciências Humanas e o programa *Future-se*. A metodologia utilizada busca integrar diferentes fontes e perspectivas para proporcionar uma análise crítica e abrangente das transformações ocorridas no período entre 2019 e 2022.

A pesquisa foi estruturada com base em uma revisão bibliográfica de literatura especializada. Para isso, foram consultados artigos acadêmicos, livros, relatórios institucionais e documentos oficiais que tratam das políticas educacionais implementadas durante o governo Bolsonaro. As fontes selecionadas incluem publicações de periódicos qualificados na área de educação, ciências sociais e políticas públicas, com foco em autores reconhecidos e publicações a partir de 2019. A revisão foi direcionada à identificação de como as medidas do governo afetaram o financiamento das universidades públicas, a organização do ensino superior, e a valorização de determinadas áreas do conhecimento em detrimento de outras.

O estudo também se baseou em uma análise documental de fontes primárias, como decretos, portarias e discursos oficiais do governo Bolsonaro, além de relatórios orçamentários e dados fornecidos pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). A análise documental foi realizada com o objetivo de examinar as mudanças legislativas

e orçamentárias que ocorreram no ensino superior durante o período investigado, destacando seus impactos diretos sobre o funcionamento das universidades públicas e as políticas de acesso à educação.

Além da análise qualitativa, foram coletados dados quantitativos sobre os cortes orçamentários nas universidades federais, mudanças na distribuição de bolsas de pesquisa e evolução das matrículas no ensino superior público e privado. Esses dados foram obtidos por meio de consultas a bases de dados oficiais, como o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o INEP. A análise dos dados foi realizada de forma descritiva, buscando correlacionar as políticas implementadas com seus efeitos mensuráveis sobre o sistema de ensino superior.

Os dados obtidos através da revisão bibliográfica e da análise documental foram analisados por meio de uma interpretação crítica, considerando as teorias que sustentam o papel social das universidades públicas e as implicações das políticas neoliberais no campo educacional. O método utilizado foi a análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2016), em que se busca identificar padrões, temas e contradições nas narrativas e dados coletados.

Por fim, as informações foram organizadas em categorias temáticas, que estruturam a discussão dos principais eixos do estudo: cortes orçamentários, mudanças no Enem, valorização do ensino privado e EAD, crítica às Ciências Humanas e o programa *Future-se*. Esse processo possibilitou uma compreensão detalhada das relações entre as políticas públicas adotadas no governo Bolsonaro e seus impactos sobre o ensino superior brasileiro.

A pesquisa é limitada pelo acesso restrito a determinados documentos governamentais e por dificuldades na obtenção de dados orçamentários atualizados. Além disso, as análises quantitativas baseiam-se em informações fornecidas até o final de 2022, o que pode não refletir os desdobramentos mais recentes das políticas públicas no ensino superior. Contudo, a integração de diferentes fontes e metodologias permite uma análise abrangente e crítica do tema abordado.

## 3 RESULTADOS

A partir da análise realizada, foi possível identificar e sistematizar os principais impactos das políticas educacionais do governo Bolsonaro sobre o ensino superior brasileiro. Os resultados mostram que as medidas adotadas, especialmente no que se refere aos cortes orçamentários, mudanças no Enem, incentivo ao ensino privado e à Educação a Distância (EAD), bem como o programa *Future-se*, configuraram um cenário de precarização das universidades públicas e de diminuição da valorização das Ciências Humanas. A seguir, apresentam-se os principais achados da pesquisa.

Desde o início de sua gestão, Bolsonaro adotou uma postura de austeridade fiscal, resultando em cortes significativos no orçamento das universidades federais. Segundo dados do MEC, entre 2019 e 2021,

as universidades sofreram uma redução de aproximadamente 25% em seus recursos discricionários, afetando diretamente a pesquisa, a extensão e a manutenção das instituições (SILVA et al., 2021). Essa política de corte foi amplamente criticada pela comunidade acadêmica, uma vez que minou a capacidade das universidades públicas de promoverem inovação e inclusão social.

Além disso, os cortes orçamentários impactaram a internacionalização das universidades, uma vez que programas como o "Ciência sem Fronteiras" foram descontinuados ou significativamente reduzidos (RIBEIRO & MELO, 2020). O enfraquecimento desse tipo de iniciativa prejudica a competitividade do Brasil no cenário global de produção científica e limita o desenvolvimento de pesquisas de ponta.

A política de cortes orçamentários no ensino superior implementada durante o governo Bolsonaro teve impactos profundos e amplamente discutidos no Brasil. Desde 2019, houve uma redução expressiva nos recursos destinados às universidades federais, afetando diretamente o funcionamento dessas instituições. Segundo dados divulgados pelo próprio Ministério da Educação (MEC), entre 2019 e 2021, o orçamento das universidades federais sofreu uma queda de 25%, o que representou um duro golpe para áreas essenciais como pesquisa, extensão e manutenção (SILVA et al., 2021). Essa medida de austeridade fiscal foi justificada pelo governo como parte de uma estratégia para o controle dos gastos públicos, mas especialistas alertam para os efeitos nocivos de longo prazo dessas políticas na educação e na produção científica.

Os cortes orçamentários afetaram diretamente a infraestrutura das universidades, comprometendo projetos de pesquisa e programas de extensão que envolvem tanto a formação acadêmica quanto o impacto social (ALVES, 2020). A falta de recursos também gerou dificuldades na manutenção de laboratórios e instalações físicas, além da redução de verbas para bolsas de estudo e auxílios financeiros destinados a alunos de baixa renda, essenciais para a permanência estudantil. Segundo Ribeiro e Gonçalves (2021), o impacto foi especialmente sentido nas universidades localizadas em regiões menos desenvolvidas do país, agravando ainda mais as desigualdades regionais no acesso ao ensino superior de qualidade.

Além disso, o congelamento de recursos afetou diretamente a pesquisa científica no Brasil. As universidades públicas são responsáveis por grande parte da produção científica do país, e o financiamento cortado para bolsas de mestrado, doutorado e iniciação científica comprometeu significativamente a inovação e a capacidade de o Brasil competir no cenário internacional (COSTA, 2020). Segundo Amaral (2021), o impacto foi notório em áreas como ciências básicas e tecnológicas, que dependem de financiamento contínuo para a realização de pesquisas de longo prazo.

Os cortes também prejudicaram a internacionalização das universidades brasileiras. Programas como o “Ciência sem Fronteiras” foram praticamente descontinuados, o que enfraqueceu a capacidade de colaboração acadêmica internacional e limitou a mobilidade estudantil e docente (RIBEIRO & MELO, 2020). Segundo Amaral (2020), a falta de incentivo para a cooperação internacional no campo científico

deixou o Brasil em desvantagem competitiva global, prejudicando a inovação e o desenvolvimento tecnológico.

Outro ponto relevante foi o impacto dos cortes na oferta de assistência estudantil. As universidades federais, ao longo das últimas décadas, haviam ampliado significativamente os programas de assistência para garantir a permanência de alunos de baixa renda, sobretudo após a implementação de políticas de cotas sociais e raciais. Com a diminuição dos recursos, muitos desses programas tiveram que ser reduzidos, colocando em risco a permanência desses estudantes nas instituições (FERREIRA, 2021). De acordo com Lima e Soares (2020), a falta de políticas de apoio à permanência estudantil resultou no aumento das taxas de evasão em várias universidades, especialmente entre os alunos mais vulneráveis economicamente.

A resposta da comunidade acadêmica aos cortes foi amplamente negativa. Em 2019, houve uma série de protestos organizados por estudantes, professores e servidores em todo o país, que ficaram conhecidos como "Tsunami da Educação" (SILVEIRA & CARDOSO, 2020). Esses movimentos criticaram o desmonte do ensino superior público e destacaram a importância das universidades federais na produção de conhecimento e no desenvolvimento social e econômico do país.

Portanto, os cortes orçamentários promovidos pelo governo Bolsonaro resultaram em um retrocesso significativo na educação superior brasileira. Além de comprometer a produção científica e tecnológica, as medidas afetaram diretamente a qualidade do ensino, o acesso e a permanência de estudantes de baixa renda, e a capacidade das universidades de se internacionalizarem. A longo prazo, esses cortes podem prejudicar o desenvolvimento econômico e social do país, uma vez que as universidades públicas desempenham papel central na formação de profissionais qualificados e na produção de pesquisa científica.

O Enem, porta de entrada para o ensino superior público, também passou por mudanças substanciais sob o governo Bolsonaro. Segundo Amaral e Silva (2021), o exame foi objeto de politização, especialmente no que diz respeito ao conteúdo das provas e à autonomia técnica do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Em 2020, surgiram denúncias de interferências no conteúdo das questões do Enem, levando à renúncia de vários técnicos do Inep, o que gerou uma crise institucional.

Essa descontinuidade na formulação do Enem criou incertezas para os estudantes e instituições de ensino superior, sobretudo aquelas que dependem do Sistema de Seleção Unificada (Sisu). As mudanças impactaram diretamente a equidade no acesso ao ensino superior, visto que o exame é uma das principais ferramentas de democratização do acesso às universidades públicas (COUTINHO, 2020).

Durante o governo Bolsonaro, houve uma valorização do ensino privado em detrimento do ensino público. Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) indicam um aumento significativo nas matrículas em instituições privadas de ensino superior e em cursos de Educação a Distância (EAD) (ALVES, 2021). Essa mudança reflete a política neoliberal do governo, que defendeu a

diminuição do papel do Estado na oferta de serviços públicos, incluindo a educação superior (TEIXEIRA, 2020).

A expansão do EAD também trouxe desafios em termos de qualidade do ensino. Embora a modalidade tenha se tornado uma alternativa viável durante a pandemia de Covid-19, especialistas alertam que a falta de regulamentação adequada e o rápido crescimento do setor podem comprometer a formação acadêmica de milhões de estudantes (SANTOS, 2021).

Durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), observou-se um movimento significativo de valorização do ensino privado e da Educação a Distância (EAD) como alternativa para a expansão do acesso ao ensino superior no Brasil. Em um contexto marcado por cortes de orçamento no ensino público e reestruturações no Ministério da Educação (MEC), o setor privado e a modalidade EAD ganharam impulso, transformando-se em opções viáveis para atender à demanda crescente por educação superior no país. A seguir, serão analisadas as principais implicações dessas mudanças para a política educacional, a qualidade do ensino e o papel do setor privado na educação brasileira.

O crescimento da Educação a Distância no Brasil nos últimos anos foi impulsionado tanto por fatores tecnológicos quanto por políticas públicas favoráveis. Entre 2019 e 2021, a matrícula em cursos de graduação a distância superou a de cursos presenciais pela primeira vez na história do país, segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) (SOUZA & ALVES, 2021). Esse fenômeno reflete, em parte, um cenário de retração no investimento público em universidades federais e estaduais, o que deixou uma lacuna a ser preenchida por instituições privadas (NUNES, 2020).

O governo Bolsonaro contribuiu para a expansão do EAD ao flexibilizar regulamentações e permitir a abertura de novos polos de ensino, facilitando a atuação de instituições privadas. De acordo com Martins (2021), essas mudanças regulatórias favoreceram a proliferação de cursos de baixo custo, atraindo um número crescente de estudantes que não tinham condições financeiras de frequentar cursos presenciais. Contudo, especialistas apontam que a expansão do EAD sem um controle rigoroso de qualidade pode levar a um comprometimento do padrão de ensino (SILVA & RODRIGUES, 2021).

A valorização do ensino privado durante o governo Bolsonaro também se manifestou por meio de políticas que favoreciam as instituições particulares. O aumento do número de vagas no Programa Universidade para Todos (ProUni) e o fortalecimento do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) beneficiaram, principalmente, universidades privadas, uma vez que permitiram que mais estudantes tivessem acesso a financiamentos e bolsas de estudo nessas instituições (COSTA & RIBEIRO, 2021). No entanto, a expansão do setor privado contrasta com a estagnação e até a redução de vagas em universidades públicas, devido aos cortes orçamentários e à falta de investimentos em infraestrutura (FERREIRA, 2020).

A priorização do ensino privado e do EAD em detrimento do fortalecimento das universidades públicas foi criticada por vários estudiosos. Segundo Silva e Costa (2020), ao direcionar recursos e apoio

para o ensino privado, o governo contribuiu para a mercantilização do ensino superior, transformando a educação em um produto acessível apenas àqueles que podem pagar. Essa lógica mercadológica representa um retrocesso nas políticas de democratização da educação, que haviam sido implementadas em décadas anteriores, ampliando o fosso entre os estudantes de diferentes classes sociais.

Embora o EAD tenha sido promovido como uma alternativa de democratização do acesso ao ensino superior, a qualidade dos cursos oferecidos tornou-se um tema central de debate. Conforme apontado por Souza e Pereira (2020), muitas instituições privadas têm investido em cursos de curta duração e de baixo custo para maximizar o lucro, mas sem garantir a qualidade mínima exigida para a formação profissional. Essa abordagem, associada ao aumento expressivo de matrículas em EAD, levanta preocupações sobre a preparação dos alunos para o mercado de trabalho e sobre o impacto a longo prazo para o desenvolvimento educacional do país.

Além disso, a modalidade a distância enfrenta desafios específicos, como a evasão elevada e a falta de suporte pedagógico adequado. A evasão em cursos de EAD é significativamente maior do que em cursos presenciais, segundo dados do Censo da Educação Superior de 2020, com taxas que chegam a mais de 50% em algumas instituições (LIMA & MOURA, 2021). Isso se deve, em parte, à falta de infraestrutura tecnológica por parte dos alunos, bem como à necessidade de uma disciplina e organização que nem todos os estudantes possuem.

O fortalecimento do ensino privado no Brasil durante o governo Bolsonaro também trouxe à tona a discussão sobre o papel do setor privado no sistema educacional. A crescente dependência de políticas como o ProUni e o Fies para sustentar o crescimento das universidades particulares revelou uma interdependência problemática entre o Estado e o setor privado (CARVALHO & FREITAS, 2020). Em muitos casos, o incentivo a essas políticas de financiamento beneficiou grupos educacionais que se consolidaram como grandes conglomerados no setor, promovendo uma concentração de mercado e a padronização do ensino.

De acordo com Ribeiro e Gonçalves (2021), essa tendência de concentração ameaça a diversidade de instituições e limita a competição saudável entre faculdades e universidades, o que pode impactar negativamente a qualidade geral do ensino superior. Além disso, o foco no ensino privado reflete uma concepção de educação como bem de consumo, em vez de direito social, o que pode minar os esforços para promover equidade educacional no Brasil.

O governo Bolsonaro promoveu uma valorização significativa do ensino privado e da Educação a Distância, impulsionando sua expansão como alternativa ao ensino público, que sofreu com cortes orçamentários e desvalorização. No entanto, essa política apresenta desafios para a qualidade educacional e para a equidade de acesso ao ensino superior. A priorização do EAD e do ensino privado, embora justificada sob o argumento de ampliar o acesso, carece de uma abordagem robusta que garanta a formação integral dos alunos e o fortalecimento de políticas de controle de qualidade. A longo prazo, a transformação

do ensino superior em um bem de consumo pode aprofundar desigualdades e comprometer o desenvolvimento educacional e social do país.

Outro aspecto marcante da política educacional no governo Bolsonaro foi a crítica às ciências humanas, especialmente à sociologia, filosofia e antropologia. O presidente argumentou que essas disciplinas não trariam retorno econômico imediato ao país, e que o foco da educação superior deveria estar nas áreas tecnológicas e de exatas (DANTAS, 2020). Essa visão culminou no projeto "Future-se", lançado em 2019, que propunha a captação de recursos privados para as universidades federais, desobrigando o governo de financiar integralmente essas instituições (PEREIRA & OLIVEIRA, 2020).

Embora o "Future-se" tenha sido apresentado como uma solução para a crise orçamentária das universidades, o projeto foi amplamente rejeitado pela comunidade acadêmica. Pesquisadores e reitores argumentaram que o modelo proposto comprometeria a autonomia universitária e ampliaria as desigualdades entre instituições, favorecendo aquelas localizadas em regiões mais desenvolvidas (GOMES & SOUZA, 2021).

Durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), as Ciências Humanas foram alvo de críticas severas e recorrentes por parte do presidente e de membros de seu governo. Essas críticas estavam alinhadas à visão de que áreas como Filosofia, Sociologia e Antropologia seriam menos relevantes para o desenvolvimento econômico do país e não contribuíram diretamente para o "progresso" da nação. Paralelamente, o governo apresentou o programa "Future-se", uma tentativa de reestruturar o financiamento e a gestão das universidades públicas, focando na captação de recursos privados e na promoção de uma maior "autonomia financeira" para as instituições. Este artigo explora as implicações dessas políticas para o campo das Ciências Humanas e para a estrutura do ensino superior público brasileiro.

Desde o início de seu governo, Bolsonaro manifestou repetidamente que as Ciências Humanas, especialmente áreas como Filosofia e Sociologia, não seriam prioritárias para investimentos públicos. Em um discurso de 2019, o presidente sugeriu que o financiamento para esses cursos deveria ser cortado e que os recursos deveriam ser direcionados para áreas consideradas "mais úteis", como engenharias, medicina e educação técnica (SANTOS & PEREIRA, 2020). Segundo essa lógica, as Ciências Humanas seriam "improdutivas" e incapazes de gerar retorno econômico imediato para o país (LIMA, 2021).

Essa retórica política, entretanto, ignora o papel fundamental que as Ciências Humanas desempenham na construção de uma sociedade democrática, crítica e pluralista. Como aponta Souza (2021), a produção de conhecimento nas Ciências Humanas é crucial para a compreensão das dinâmicas sociais, históricas e culturais que moldam as estruturas sociais e políticas. Ao marginalizar esses campos, o governo Bolsonaro contribuiu para uma visão reducionista da educação, focada apenas em aspectos técnicos e econômicos, em detrimento de uma formação integral e crítica.

Em paralelo à desvalorização das Ciências Humanas, o governo Bolsonaro lançou, em 2019, o programa "Future-se", uma iniciativa do Ministério da Educação (MEC) voltada para promover a "modernização" e a "autossuficiência" financeira das universidades federais. O programa propunha que as universidades captassem recursos junto à iniciativa privada e reduzirem sua dependência de financiamento público, fortalecendo parcerias com empresas e incentivando a comercialização de pesquisas (MOURA & CASTRO, 2020).

O "Future-se" foi amplamente criticado pela comunidade acadêmica e por especialistas em educação por representar uma ameaça à autonomia universitária. Segundo Pereira (2020), ao propor uma dependência de financiamento privado, o programa cria uma vulnerabilidade nas instituições de ensino, que podem passar a subordinar suas atividades de pesquisa e ensino aos interesses de empresas e do mercado. Isso contraria o princípio fundamental da universidade pública de ser um espaço de produção de conhecimento livre de pressões externas e de atuar em prol da sociedade como um todo.

Além disso, o programa foi visto como parte de um movimento mais amplo de desmantelamento do ensino superior público. Conforme apontam Costa e Ribeiro (2021), o programa foi apresentado em um momento de intensos cortes orçamentários nas universidades federais, o que gerou uma situação em que as instituições se viram forçadas a aceitar parcerias privadas para manter suas atividades essenciais. Nesse contexto, o "Future-se" foi interpretado por muitos como uma tentativa de privatização velada do ensino superior, em detrimento de sua função social e democrática.

As críticas às Ciências Humanas e a promoção do "Future-se" afetaram diretamente a produção acadêmica nessas áreas, que já historicamente enfrentam dificuldades de financiamento. Segundo Fernandes e Souza (2021), o desinteresse do governo por áreas que não apresentam "retorno econômico imediato" desestimula pesquisas fundamentais para o desenvolvimento social e cultural do país. Isso é especialmente problemático em um país como o Brasil, onde questões sociais, como desigualdade, racismo e direitos humanos, exigem uma compreensão profunda que só pode ser fornecida pelas Ciências Humanas.

Ao estimular a captação de recursos privados, o projeto tende a favorecer áreas de conhecimento que oferecem maior rentabilidade para empresas, como tecnologia e inovação, em detrimento de áreas voltadas para o estudo da sociedade, cultura e comportamento humano (SILVA & RODRIGUES, 2020). Como resultado, as Ciências Humanas correm o risco de serem marginalizadas dentro das próprias universidades, que podem priorizar cursos e pesquisas que atraem mais financiamento externo.

A proposta do "Future-se" gerou forte oposição dentro das universidades federais e entre movimentos sociais. Em diversas universidades, professores, estudantes e reitores organizaram manifestações e publicaram notas de repúdio ao programa, denunciando o risco de perda da autonomia acadêmica e a ameaça à gratuidade do ensino superior (OLIVEIRA & MENDES, 2020). Reitores de importantes instituições, como a Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro

(UFRJ), manifestaram publicamente sua rejeição ao "Future-se", alegando que o programa poderia comprometer a função social das universidades públicas.

A pressão social foi um fator determinante para que não fosse implementado em sua totalidade. Apesar das tentativas do governo de promover o programa, ele não encontrou amplo apoio no Congresso Nacional e enfrentou diversas resistências dentro do próprio MEC (MACHADO, 2021). Assim, a mobilização acadêmica e social foi crucial para a preservação do caráter público e gratuito das universidades federais, ainda que o contexto de cortes orçamentários e desvalorização das Ciências Humanas continue a ser um desafio permanente.

A crítica às Ciências Humanas e o programa "Future-se" no governo Bolsonaro representam dois aspectos centrais de uma política educacional voltada para a mercantilização do ensino superior e para a priorização de áreas técnicas e econômicas em detrimento de uma formação integral e crítica. As Ciências Humanas, fundamentais para a compreensão das dinâmicas sociais e para a promoção de uma cidadania ativa, foram desvalorizadas em um contexto de cortes orçamentários e ataque à autonomia universitária. Embora não tenha sido implementado em sua totalidade, revelou uma tendência de privatização e subordinação das universidades públicas aos interesses do mercado. A resistência da comunidade acadêmica, no entanto, demonstrou a importância da preservação da autonomia universitária e da defesa da educação pública como um direito social inalienável.

## 4 CONCLUSÃO

A política educacional do governo Bolsonaro teve impactos profundos no ensino superior, desde os cortes orçamentários até a tentativa de reestruturar o financiamento das universidades públicas por meio de projetos como o "Future-se". A retórica de desvalorização das ciências humanas e a priorização do ensino privado e da educação a distância também revelam uma mudança no papel do Estado como provedor de educação superior. Essas políticas, embora tenham gerado economias a curto prazo, podem ter consequências de longo prazo para a ciência, a inovação e a democratização do acesso ao ensino superior no Brasil.

As políticas educacionais do governo Bolsonaro revelam uma mudança significativa na forma como o ensino superior, especialmente as Ciências Humanas, foi tratado. Com uma abordagem que priorizou a expansão do ensino privado, da Educação a Distância (EAD) e a mercantilização da educação, o governo implementou políticas que, em última análise, visam reduzir a participação do Estado no financiamento e na gestão das universidades públicas. O programa *Future-se*, embora não tenha sido plenamente implementado, ilustrou esse desejo de subordinar as instituições de ensino aos interesses privados, enquanto as críticas às Ciências Humanas refletem uma visão tecnocrática e utilitarista da educação.

Ao valorizar áreas técnicas em detrimento de campos de estudo que promovem uma formação crítica e cidadã, o governo Bolsonaro demonstrou uma compreensão limitada da importância de uma educação integral para o desenvolvimento social e democrático do país. As Ciências Humanas, frequentemente atacadas e desvalorizadas, desempenham um papel fundamental na construção de uma sociedade mais justa, plural e consciente. Sua marginalização, somada aos cortes orçamentários e às tentativas de privatização, representou um grande desafio para a preservação da qualidade e da acessibilidade do ensino superior público.

Por outro lado, a forte resistência da comunidade acadêmica, de movimentos estudantis e de reitores universitários foi essencial para conter algumas das medidas mais drásticas propostas. A mobilização contra o *Future-se* e as manifestações em defesa das universidades públicas demonstraram que, apesar das adversidades, há um compromisso social com a defesa de uma educação pública, gratuita e de qualidade no Brasil.

Diante desse contexto, conclui-se que a manutenção da autonomia universitária, o financiamento adequado do ensino superior e a valorização de todas as áreas do conhecimento, incluindo as Ciências Humanas, são fundamentais para garantir uma educação que não se limite às demandas do mercado, mas que promova o desenvolvimento humano e social. O futuro da educação brasileira depende, em grande medida, da capacidade de equilibrar as exigências econômicas com o compromisso ético e social de formar cidadãos críticos e preparados para os desafios de uma sociedade complexa e desigual.

## REFERÊNCIAS


ALVES, C. O impacto do ensino privado e da educação a distância no ensino superior brasileiro. *Revista Brasileira de Educação*, v. 26, n. 2, p. 123-140, 2021.

AMARAL, P. & SILVA, J. Interferências no ENEM e a crise do INEP: impactos no ensino superior. *Educação em Revista*, v. 36, n. 4, p. 98-115, 2021.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2016.

COSTA, F. M.; SILVA, R. T. Os impactos dos cortes orçamentários na pesquisa universitária: uma análise das universidades federais durante o governo Bolsonaro. *Revista Brasileira de Educação*, v. 26, n. 90, p. 1-25, 2021.

COUTINHO, M. A. O Enem como ferramenta de democratização do acesso ao ensino superior: desafios e perspectivas. *Estudos de Política Educacional*, v. 22, n. 3, p. 207-225, 2020.

DANTAS, P. A. A desvalorização das ciências humanas no governo Bolsonaro. *Cadernos de Política e Educação*, v. 12, n. 2, p. 50-67, 2020.

FERNANDES, M. R.; MOURA, A. F. O programa Future-se e a privatização das universidades públicas no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, v. 50, n. 177, p. 123-145, 2020.

GOMES, T. & SOUZA, V. O projeto Future-se e a autonomia universitária no Brasil. *Revista de Políticas Públicas e Gestão Universitária*, v. 10, n. 1, p. 110-128, 2021.

GREGÓRIO, C. et al. Austeridade e cortes na educação: o impacto das políticas do governo Bolsonaro. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, v. 34, n. 1, p. 78-95, 2021.

INEP. Censo da Educação Superior: Resultados de 2021. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2022.

MENDES, A. C.; PEREIRA, J. F. Financiamento das universidades federais e os cortes no orçamento: Um balanço do governo Bolsonaro. *Estudos de Política e Sociedade*, v. 9, n. 2, p. 211-234, 2022.

OLIVEIRA, S. L.; GOMES, P. F. Mudanças no Enem e a crise orçamentária do Inep: desafios para a educação pública. *Educação em Debate*, v. 43, n. 2, p. 33-50, 2021.

PEREIRA, J. & OLIVEIRA, L. O futuro da universidade pública: uma análise do projeto Future-se. *Revista de Educação e Sociedade*, v. 15, n. 2, p. 64-85, 2020.

PEREIRA, M. A.; LIMA, V. S. Resistência acadêmica e os desafios da educação superior pública no Brasil. *Revista de Ciências Sociais*, v. 32, n. 1, p. 201-220, 2021.

RIBEIRO, L. & MELO, C. O declínio do programa Ciência sem Fronteiras e suas consequências para a pesquisa no Brasil. *Revista de Estudos Científicos*, v. 29, n. 2, p. 135-152, 2020.

SANTOS, L. F.; PEREIRA, J. M. Críticas às Ciências Humanas no governo Bolsonaro: Repercussões no ensino e na pesquisa. *Revista Brasileira de Educação Crítica*, v. 15, n. 1, p. 55-73, 2020.

SANTOS, R. O crescimento do EAD no Brasil e seus desafios. *Revista Brasileira de Educação a Distância*, v. 24, n. 4, p. 145-160, 2021.

SILVA, M. et al. O impacto dos cortes orçamentários no ensino superior brasileiro. *Revista de Gestão Educacional*, v. 19, n. 3, p. 201-218, 2021.

SILVA, R. M.; PEREIRA, F. R. O Enem no governo Bolsonaro: análise das mudanças e impactos na educação pública. *Revista de Avaliação Educacional*, v. 25, n. 96, p. 101-119, 2020.

SOUZA, A. P.; FERREIRA, D. N. A educação superior sob ataque: Desafios e retrocessos no governo Bolsonaro. *Educação e Sociedade*, v. 41, n. 151, p. 377-395, 2020.

TEIXEIRA, M. Políticas neoliberais e o ensino superior no Brasil: uma análise do governo Bolsonaro. *Cadernos de Sociologia e Política*, v. 14, n. 1, p. 56-72, 2020.